

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Cade rejeita compra de empresa da Petrobras pela Ultragaz	2
Título: Pimentel, o novo tucano de Minas	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Revolução nas 4 rodas	5
Título: Cade barra venda da Liqueigás ao Grupo Ultra	6
Título: Ibama multa mineradora no Pará em R\$ 20 mi	7
Título: Nota	8
Título: Cade nega recurso da CSN no caso Arcelor	8
Título: Gerdau fecha 2017 com perda de R\$ 339 mi	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Com veto do Cade, grupo Ultra pagará R\$ 280 mi em multa à Petrobras	9
Título: Ibama aplica multa de R\$ 20 milhões em refinaria no Pará	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: O futuro da energia solar no Brasil. A hora do Sol	12
Título: Ibama multa empresa no PA	14
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Cade reprova compra da Liqueigás pela Ultragaz por cinco votos a dois	14
Título: Destaques	17
Título: Petrobras investiu 12% menos em 2017	17
Título: Vale quer atingir autossuficiência em geração elétrica	19

Título: Resultado nos EUA é insatisfatório, diz presidente da Gerdau	20
Título: Minério sobe pelo quarto mês seguido	22
Título: Eletrobrás: Sindicalistas tentam barrar venda de distribuidoras	23

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento

Título: Cade rejeita compra de empresa da Petrobras pela Ultragaz

Conselho reprovou alternativas diante do risco de concentração no setor.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprovou ontem a compra da Liquigás Distribuidora, subsidiária da Petrobras, pela Ultragaz. Foram cinco votos contra a operação e dois a favor. A operação, anunciada por R\$ 2,8 bilhões, fundiria as duas maiores empresas no segmento de gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás de botijão. Com a rejeição, a Ultragaz terá de pagar multa de R\$ 280 milhões para a Liquigás, estipulada em contrato. A venda da Liquigás está inserida no plano de desinvestimentos da Petrobras e é considerada importante no plano de redução do endividamento da companhia. A operação foi considerada de extrema complexidade pelo Cade.

EMPRESAS TERIAM FATIA DE 36%

O julgamento durou seis horas. Além da distribuição de gás de botijão, a fusão afetaria os mercados de GLP a granel, que atende principalmente a clientes comerciais e industriais; e o de GLP propelente, utilizado pela indústria de aerossóis. A relatora do caso, conselheira Cristiane Alkmin, afirmou ter estudado junto às empresas uma série de alternativas para tentar viabilizar a aprovação, entre elas a venda de parte da Liquigás. O desinvestimento, no entanto, apresentaria uma série de dificuldades, segundo a relatora. Um dos problemas é o fato de que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) impede que uma empresa envase botijões grafados com o nome de outra. E os reservatórios da Liquigás estão espalhados pelo país, de forma que haveria dificuldade em recolher os botijões para realizar a venda.

Cristiane destacou que as empresas apresentaram diferentes sugestões de remédios concorrenciais para tentar viabilizar a fusão. O pacote final incluía a venda de 45% da Liquigás e um teto de 40% para a concentração de mercado após a venda, além do desinvestimento de 100% do negócio de GLP propelente. Segundo a conselheira, os remédios são insuficientes, uma vez que a Ultragaz

teria uma fatia grande demais do mercado — 36% — ante os 24% atuais. — No mercado nacional de GLP, a gente tinha um equilíbrio. E (com a fusão) a gente teria uma nova Ultragaz com 36% do mercado, quase o dobro da Supergasbraz, que seria a segunda colocada. Os remédios apresentados não são capazes de anular o risco de aumento de preços na maior parte dos mercados — afirmou.

Para a relatora, o cenário que viabilizaria a fusão envolveria uma alienação de 65% dos ativos da Liquigás. Nessa situação, a Ultragaz ainda veria sua participação crescer 7 pontos percentuais no mercado. As empresas, no entanto, consideraram o desinvestimento alto e não aplicável na prática. A conselheira Polyanna Vilanova discordou da posição da relatora e apresentou um voto em separado, recomendando a aprovação. Ela entendeu que a proposta apresentada pelas empresas seria suficiente e que a distribuidora que comprasse os ativos da Liquigás teria condições de concorrer com a Ultragaz após a fusão. Além do desinvestimento de 45% dos ativos da Liquigás, a proposta incluía alienação de tanques, dutos, transferência de contratos e a proibição de atender revendedores cedidos. E, ainda, transferência do direito de uso dos botijões em determinadas localidades. A conselheira Polyanna, no entanto, foi voto vencido.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Ascânio Seleme

Título: Pimentel, o novo tucano de Minas

O governador Fernando Pimentel (PT) quer privatizar uma empresa pública de seu estado obedecendo ao mais tradicional ordenamento do liberalismo tucano. Ele dividiu em duas a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) para vender a parte saudável e lucrativa e manter sob a guarda do estado a parte podre, deficitária. Como estratégia para engordar os cofres do estado e quitar dívidas acumuladas em anos de má gestão, dele e de seus antecessores, faz todo sentido. Mas atinge o coração do petismo, que faz severas e constantes críticas ao modelo de privatizações iniciado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo apuração das repórteres Angélica Diniz e Ludmila Pizarro, do jornal “O Tempo”, se a Codemig fosse vendida integralmente, o estado poderia embolsar R\$ 6 bilhões. Ao separar a parte lucrativa da porção deficitária, a apuração sobe para R\$ 8 bilhões. A parte que será vendida explora nióbio em sociedade com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). A outra metade, extraída da Codemig e criada com o nome de Codemge, cuida de aeroportos, explora minas de água mineral e incentiva economia criativa de Minas Gerais. Não dá dinheiro. Nióbio é um mineral altamente estratégico. Tem propriedades químicas e físicas que servem para dar dureza e densidade ao aço. Misturado a ligas de aço, confere uma

enorme resistência mecânica, que dá durabilidade e eficiência a todos os produtos dali derivados.

A CBMM pertence majoritariamente à família Moreira Salles, que detém 70% do seu controle. Os outros 30% são de um grupo de empresas chinesas e de um consórcio nipo-coreano. A Codemig representa o estado, dona da concessão da mina, que fica na cidade de Araxá, no Triângulo Mineiro, e recebe 25% do seu lucro líquido. A mina produz cerca de 70% do nióbio consumido em todo o mundo. Os principais interessados na compra da Codemig são a família Moreira Salles e os seus sócios no Banco Itaú. Legalmente, qualquer ente da Federação pode vender empresas estatais. Cabe ao estado, naturalmente, regular a atividade econômica e fazer concessões. No caso da Codemig, sua privatização é prevista na lei que a criou. Porque, teoricamente, não é papel do estado produzir minério, mesmo que o estado seja o de Minas Gerais, e o minério seja estratégico. De qualquer forma, nada impede o estado de também explorar atividades, ao invés de concedê-las. E é isso o que o PT de Pimentel sempre defendeu. A venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, foi um marco na história antiprivatista do PT.

Primeiro, com as enormes manifestações de rua ao redor da Bolsa de Valores do Rio, onde foi realizado o leilão da Vale. E, dez anos depois, no segundo mandato do presidente Lula, quando o III Congresso Nacional do PT aprovou, por unanimidade, o apoio a um plebiscito em favor da reestatização da Vale. Que não deu em nada. O manual liberal das privatizações fez o PT se opor com enormes debates, teses acadêmicas, e até mesmo um livro foi especialmente elaborado para atacar o que apelidou de “Privataria tucana”. Em Minas, Pimentel também tentou privatizar a cidade administrativa construída na gestão de Aécio Neves por R\$ 1 bilhão, e que rendeu ao ex-governador um dos oito inquéritos que o investigam por corrupção. O conjunto administrativo do governo estadual, projetado por Oscar Niemeyer, foi parcialmente desmobilizado por Pimentel, que não despacha ali, mas no Palácio da Liberdade, no centro de Belo Horizonte.

Sua ideia era vender os prédios do conjunto e alugar uma parte para acomodar a administração. No ano passado, ele chegou a iniciar negociações com um fundo coreano, que não prosperou. A saga privatista de Fernando Pimentel encontrou forte oposição na Central Única dos Trabalhadores (CUT), aliada histórica do PT, quando chegou à educação. Em julho do ano passado, o governador mandou para a Assembleia Legislativa do estado um projeto de lei autorizando Parcerias Público-Privadas para gerir as escolas públicas estaduais. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE), filiado à CUT, atacou a iniciativa do governador, por levar ao ensino público “a lógica do mercado”. Certo ou errado, Pimentel vai em frente. Precisa arrecadar

para pagar contas, não importa o que digam PT e CUT. E é assim, enfim, que as coisas caminham e se confundem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Celso Ming

Título: Revolução nas 4 rodas

Terça-feira, um tribunal federal da Alemanha autorizou dois grandes municípios (Stuttgart e Düsseldorf) a proibir a circulação de veículos a diesel, sejam eles automóveis, caminhões ou ônibus. E, um dia depois, as autoridades de Roma anunciaram que preparam decisão equivalente. Embora ainda faltem pormenores sobre a abrangência dessas proibições, trata-se de novo golpe de grande impacto em toda a indústria global de veículos e no uso de combustíveis fósseis.

Pressões de toda ordem, e não só ambientalistas, empurram o setor automotivo para uma revolução. Parece inevitável a troca da frota mundial hoje movida preponderantemente a gasolina e diesel para carros elétricos e híbridos. Outra mudança inevitável é a adoção crescente de veículos autônomos, que operam sem condutor. Há dois anos, quando o tema era levantado, imediatamente se dizia que essas novidades não estariam em vigor em menos de 40 ou 50 anos.

No Brasil, então, imaginava-se um futuro desses ainda mais distante. A principal mudança talvez não seja nem a adoção das novas tecnologias na produção de veículos, mas a enorme velocidade com que vem ocorrendo. A principal pressão vem da China que tomou a decisão de intensificar a substituição. Como a indústria não é uma alfaiataria e não pode produzir veículos sob medida país por país, decisões que serão adotadas em países importantes acabarão repassadas aos demais, por necessidade de integração.

Embora as grandes tendências estejam claras há pelo menos três anos, todo o setor de veículos passa por momentos de incertezas, por decisões ainda preliminares, pela falta de equacionamento de problemas que se tornarão inevitáveis e, até mesmo, pela falta de quantificação mínima de dados com que lidar. A eletrificação da frota mundial exigirá grandes investimentos em energia elétrica. Não fará sentido produzir essa energia a partir de fontes térmicas, especialmente por meio da queima de carvão e derivados de petróleo.

Seria trocar as emissões poluentes emitidas pelos escapamentos pelas mesmas emissões via chaminés. Ou seja, é preciso apressar a substituição na atual matriz energética, de fontes convencionais por fontes renováveis, especialmente por energia solar e eólica. Também falta equacionar o problema da reciclagem das

baterias e da rede de reabastecimento. E, mais que tudo, falta dimensionar o problema a partir do grande impacto sobre o emprego que virá a reboque dessa revolução.

O carro elétrico possui mecânica menos complexa do que o carro convencional. Será enorme a pressão sobre o emprego nas montadoras, no setor de autopeças, nas oficinas de reparos e nas redes de postos de combustíveis. E, à medida que os carros autônomos substituírem os de condução manual, também haverá dispensa correspondente de motoristas. Quando, no início do século 20, os táxis tomaram nas cidades o lugar das carruagens e dos coches, houve apenas substituição de cocheiros por motoristas.

Não é o que acontecerá quando os carros autônomos se impuserem com o objetivo de evitar erros humanos na condução de veículos e, com isso, evitar enormes despesas públicas em prontos-socorros e tratamentos para recuperação de ferimentos de toda ordem. Como toda inovação, essas produzirão enorme destruição que se espera seja ao menos criativa. Cabe aos governos torná-la menos traumatizante.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Cade barra venda da Liquigás ao Grupo Ultra

Com decisão do órgão, Ultragaz terá de pagar multa de R\$ 280 milhões à Petrobrás.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprovou ontem a compra da distribuidora de gás de cozinha Liquigás, detida pela Petrobrás, pela Ultragaz. O negócio, de R\$ 2,8 bilhões, anunciado novembro de 2016, fazia parte do plano de desinvestimento da estatal. Com o veto, o Ultra terá de pagar uma multa de cerca de R\$ 280 milhões à Liquigás, prevista em contrato para o caso de o conselho barrar a operação. O julgamento do caso durou seis horas e terminou com um placar de 5 votos contra e 2 a favor.

A relatora do caso, Cristiane Alkmin, votou pela reprovação do negócio, como já era previsto. A operação foi considerada complexa desde o início. Líder de mercado, a Ultragaz iria elevar sua participação a mais de 60% em alguns Estados com a compra da Liquigás, vice-líder. Pesou ainda na análise do conselho o fato de as duas empresas terem sido investigadas por formação de cartel – os processos foram encerrados após o pagamento de multas milionárias no ano passado.

Última tentativa.

O Ultra apresentou várias propostas para chegar a um acordo, mas não conseguiu convencer o conselho. A última oferta do grupo previa a venda de ativos equivalentes a 45% da Liquigás. A relatora entendeu que, mesmo vendendo quase metade da distribuidora, ainda assim a concentração de mercado da Ultra ultrapassaria 40% em alguns Estados. Para Cristiane, a concorrência só estaria garantida se a fatia de mercado da empresa fosse limitada a 30% por unidade da federação, mas, para isso, a Ultra teria que vender 65% da Liquigás, o que a companhia não considerou interessante.

"É muita coisa, de fato. Mas não cabe ao Cade viabilizar o negócio a qualquer preço, temos que zelar pela concorrência", afirmou Cristiane. "Não tenho pena da Petrobrás e sim da sociedade. Não posso fazer valer programa de desinvestimento da Petrobrás a qualquer custo". Em seu voto, Cristiane sugeriu ainda que uma nova venda da Liquigás seja feita para uma empresa com menos de 10% de participação de mercado.

Para Polyanna Vilanova, uma das conselheiras que votaram a favor da operação, o conjunto de ativos que seriam alienados pela proposta garantiria a entrada de uma empresa com condições de concorrer no mercado com a Ultragaz. Em nota, o Grupo Ultra afirmou que ao longo dos 15 meses de negociação com o Cade "a companhia buscou apresentar soluções operacionais, comerciais e societárias que endereçassem todas as questões e preocupações concorrenciais levantadas durante o processo." Petrobrás, por sua vez, comunicou que analisará "imediatamente alternativas para o desinvestimento da Liquigás" e que o ativo continua no programa de vendas. A estatal reforçou ainda que terá R\$ 286,2 milhões a receber da Ultragaz como multa pela não concretização do negócio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Ibama multa mineradora no Pará em R\$ 20 mi

O Ibama embargou parte da estrutura da mineradora Hydro Alunorte, em Barcarena (PA), e multou a empresa em R\$ 20 milhões. A decisão foi tomada ontem, dias após o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, pedir a interdição da estrutura.

O embargo não atinge toda a mineradora, mas apenas o depósito de rejeitos da empresa, que transbordou, e a tubulação de drenagem de efluentes da área industrial da refinaria, suposta ligação clandestina.

Em nota, o Ibama disse que foram aplicados dois autos de infração contra a Hydro Alunorte: R\$ 10 milhões por atividade potencialmente poluidora sem licença do governo paraense; e R\$ 10 milhões pela tubulação de drenagem sem licença.

Ontem, a Justiça também determinou a suspensão parcial das atividades na mineradora norueguesa, acusada de contaminar os igarapés e poços artesianos de dezenas de comunidades no entorno. A decisão também determina a redução da produção da planta industrial.

A Hydro disse que "fortes chuvas causaram alagamentos em Barcarena", mas reafirmou que informações apontam que sua operação não prejudicou a qualidade das águas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Nota

» Sem gás.

Não só o enxugamento do Fies fez sobrar salas vazias no ensino superior. O estudo do Quero Bolsa mostra que cursos na área de Petróleo e Gás e Engenharia de Petróleo lideram o ranking da ociosidade, com o percentual de vagas não preenchidas chegando a 96% e 85%, respectivamente. A crise na Petrobras e na OGX justifica o menor interesse dos alunos pelo setor, diz o levantamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: Cade nega recurso da CSN no caso Arcelor

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) negou ontem recurso da CSN contra a compra da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal. A relatora do caso, Polyanna Vilanova, disse que o embargo apresentado tratava-se de "mero inconformismo" da concorrente. A siderúrgica entrou com recurso no Cade pedindo para que o órgão julgasse de novo a operação.

A empresa alegou que a conselheira relatora baseou seu voto em um relatório do Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade que só foi juntado aos autos no dia 9 de fevereiro, dois dias após o julgamento. A CSN questionou se

todos os conselheiros tiveram acesso ao estudo antes de decidir. A empresa ainda considera recorrer da decisão do Cade na Justiça, segundo fontes. / L.R.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Gerdau fecha 2017 com perda de R\$ 339 mi

Em função de ajustes contábeis de ativos, a Gerdau encerrou o quarto trimestre do ano passado com um prejuízo líquido de R\$ 1,384 bilhão, ainda assim 55% menor do que a perda do mesmo trimestre do ano anterior, de R\$ 3,074 bilhões. Em 2017, a Gerdau reduziu seu prejuízo em 88,2% ante um ano antes para R\$ 339 milhões.

Sem o efeito de itens não recorrentes, a empresa teria registrado um lucro de R\$ 262 milhões, revertendo. A receita líquida no quarto semestre somou R\$ 9,817 bilhões. No ano, registrou R\$ 36,918 bilhões, recuo de 1,9% em comparação com 2016.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack Nicola Pamplona BRASÍLIA e RIO DE JANEIRO

Título: Com veto do Cade, grupo Ultra pagará R\$ 280 mi em multa à Petrobras

Negócio de R\$ 2,8 bilhões é parte do programa de desinvestimentos da Petrobras

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) reprovou, nesta quarta-feira (28), a compra da Liquigás, maior distribuidora de gás de cozinha que pertence à Petrobras, pelo grupo Ultra. Dos sete conselheiros, cinco votaram pela rejeição.

O negócio de R\$ 2,8 bilhões é parte do programa de desinvestimentos da Petrobras, com o qual a estatal tenta levantar recursos para reduzir seu endividamento.

A transação era tão importante para a Petrobras que o próprio presidente da estatal, Pedro Parente, ligou para os conselheiros e para o presidente do Cade, Alexandre Barreto.

Com a recusa do Cade, o Ultra terá de pagar uma multa de R\$ 280 milhões à Petrobras, que terá de centrar esforços na busca de interessados estrangeiros.

Isso porque, segundo advogados que participaram das negociações, dificilmente uma empresa nacional não enfrentará o mesmo problema de concentração que levou o Cade a condenar a transação

O veto do Cade não foi unânime. Discordando da maioria dos conselheiros e da área técnica, que defendia a reprovação do caso por não encontrarem "remédios" suficientes, a conselheira Polyanna Vilanova acolheu a proposta de venda de metade da Liquigás e propôs ao conselho do Cade negociar um "acordo".

A conselheira-relatora do caso, Cristiane Alkmin, recomendou a condenação depois de negociar com as empresas sem consenso sobre possíveis "remédios". Acompanharam a relatora os conselheiros João Paulo de Resende, Paula Azevedo, Paulo Burnier e o presidente do Cade, Alexandre Barreto.

Defenderam a aprovação do caso com "remédios", Polyanna Vilanova e Maurício Maia.

MERCADO

Questionado na manhã desta quarta se haveria um plano B, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que esperaria a votação antes de se manifestar.

Procurada, a Petrobras informou que analisará alternativas para a venda da Liquigás e manterá a empresa em seu programa de desinvestimentos, que prevê a saída das atividades de distribuição de GLP.

Ultragaz e Liquigás são as líderes de um setor no qual quatro empresas dominam 85% das vendas. Se a operação fosse aprovada, a Ultragaz ficaria, sozinha, com 45% do mercado e com níveis de concentração ainda maiores em todo o Sul, na Bahia e em São Paulo.

Apesar da proposta de vender bases de distribuição, concorrentes alegavam que as características do mercado nacional impediriam a entrada de novos agentes no setor diante da elevada concentração em mercados como a região Sul e a Bahia.

No mercado, uma empresa pega o botijão na casa do cliente. Se for de um concorrente, leva para o pátio e depois troca por um seu pego pelo concorrente. Assim, as empresas precisam ter grandes quantidades de botijões, uma vez que parte deles estará parada com os concorrentes.

Ultra e Liquigás teriam 47,2 milhões de botijões, quase o dobro da terceira colocada em vendas, a Nacional Gas Butano, que tem 26,8 milhões. Mesmo que as concorrentes adquirissem a Liquigás, o problema da concentração persistirá.

Foi o segundo revés do grupo Ultra no Cade em menos de um ano. Em agosto, o órgão barrou a aquisição da distribuidora de combustíveis AleSat, também alegando risco de concentração. O Ultra opera no setor por meio da bandeira Ipiranga.

O grupo Ultra disse que, ao longo de 15 meses, buscou apresentar soluções que endereçassem as preocupações do Cade, chegando à proposta final de venda de 45% do mercado da Liquigas e os ativos logísticos correspondentes.

“O Ultra sempre teve convicção de que a união dessas duas empresas permitiria ampliar e aprimorar os serviços de excelência que a Ultragaz presta a seus clientes e consumidores, e contribuiria para o aumento do dinamismo do setor de distribuição de GLP no Brasil”, disse, em nota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Ibama aplica multa de R\$ 20 milhões em refinaria no Pará

Rio no entorno da fábrica tem contaminação por chumbo e outros metais

O Ibama multou a refinaria norueguesa Hydro Alunorte em R\$ 20 milhões e embargou instalações da empresa nesta quarta (28) por realizar atividade potencialmente poluidora e operar tubulação de drenagem sem licença válida da autoridade ambiental competente.

Em 2009, o Ibama multou a empresa em R\$ 17,1 milhões por lançamento de rejeitos no mesmo rio. A empresa recorreu, e até hoje nada foi pago.

Funcionários do Ibama e do Instituto Evandro Chagas analisam água em rio

Ibama e Instituto Evandro Chagas realizam vistoria conjunta no entorno da refinaria Hydro Alunorte, no Pará - Divulgação/Ibama

No fim de semana passado, moradores próximos da fábrica relataram mau cheiro e cor adulterada da água do rio Murucupi, que transbordou por causa das fortes chuvas e atingiu várias casas. Um laudo do Instituto Evandro Chagas de quinta (22) confirmou a contaminação por chumbo e outros metais.

Equipes do Ibama e do Instituto Evandro Chagas, que é vinculado ao Ministério da Saúde, realizaram vistoria no local nesta terça (27) e quarta (28).

Uma nota técnica do instituto afirma que as águas do rio apresentaram níveis elevados de alumínio e outras variáveis associadas aos efluentes gerados pela Hydro Alunorte.

Após negar irregularidades em sua operação em Barcarena, a fabricante de alumina admitiu na sexta-feira (23) a existência de uma tubulação que deságua no rio. O depósito de rejeitos sólidos nº 2 e a tubulação de drenagem de efluentes da área industrial foram embargados pelo Ibama nesta quarta (28).

Em seu site, a empresa afirmou que as informações que detém apontam que suas operações não contribuíram para a qualidade das águas nas comunidades e que vem respondendo às necessidades das pessoas da região.

Também disse que está cooperando com as autoridades competentes de forma aberta e transparente para facilitar o trabalho com as vistorias e que criou uma força-tarefa especializada para estabelecer o efeito das chuvas na integridade dos depósitos de resíduos sólidos de bauxita e analisar dados relacionados com possíveis impactos ambientais nas comunidades locais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Rubens Menin

Título: O futuro da energia solar no Brasil. A hora do Sol

O debate sobre a matriz energética do nosso país tem omitido uma importante forma de geração: a energia solar. O Brasil possui todas as características necessárias para ser um dos líderes mundiais no aproveitamento desta fonte, mas, infelizmente, hoje não aparece nem sequer no ranking dos 10 países que mais utilizam o Sol como recurso para gerar eletricidade para sua população. Está na hora de mudar esse cenário e, para isso, é necessário um esforço conjunto do poder público e do setor privado, com apoio da sociedade.

É verdade que, no passado, o custo de geração desse tipo de energia, obtida com a conversão direta dos raios solares em eletricidade a partir de células fotovoltaicas, foi uma barreira para a sua expansão. Nos últimos anos, com o desenvolvimento tecnológico, o processo teve uma queda expressiva: o custo das células solares de silício cristalino, por exemplo, caiu de 76,67 \$/Wp, em 1977, para 0,36 \$/Wp em 2014.

Em 2014, o preço dos módulos solares tinha caído 80% na comparação com 2008, colocando a energia solar, pela primeira vez, numa posição vantajosa em relação ao preço da eletricidade paga pelo consumidor num bom número de regiões com grande exposição ao Sol, como é o caso do Brasil.

Hoje, o problema do custo está superado, a geração elétrica da energia solar fotovoltaica é competitiva comparativamente às fontes convencionais de energia em uma crescente lista de países. Com metade da radiação solar que o Brasil, a Alemanha é o país referência em energia fotovoltaica, com potência instalada de quase 40.000 MWp. Apenas para comparar, em 2016 o Brasil atingiu 83 MWp de potência instalada, ou seja, o equivalente a 0,2% do que os alemães utilizam.

Apesar de ser extremamente favorecido em radiação solar, o Brasil ainda enfrenta grandes dificuldades para a expansão, seja na questão da integração com a rede, seja na falta de acesso às linhas de financiamento. A expectativa atual é atingir neste ano a potência instalada de 300 MW em geração distribuída, segundo projeção da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Muito pouco perto do potencial que temos.

É fácil criticar e reclamar, difícil é ajudar a fazer. Fundamental, neste momento, que a iniciativa privada tome a frente no debate: o setor imobiliário tem um papel fundamental nessa cadeia. Cada vez mais é necessário oferecer produtos capazes de atender essa demanda.

A MRV Engenharia, em sua posição de liderança e protagonismo do setor, decidiu levantar a bandeira da energia solar em suas atividades. A construtora está investindo R\$ 800 milhões no maior projeto de energia fotovoltaica de uma empresa privada brasileira, com a expectativa de em até cinco anos entregar 220 mil unidades com sistemas de energia solar, o que representará 100% de seus lançamentos. Essa decisão contribuirá para reduzir a emissão de 26 mil toneladas de CO₂, além de preservar pelo menos 160 mil árvores.

Esse movimento se justifica pela convicção de que a energia solar traz vários benefícios para o Brasil, em especial para os consumidores: o ganho financeiro, obviamente, porque a despesa com energia elétrica sempre cai com o sistema

alternativo funcionando. Além disso, uma obra entregue com energia solar aumenta o valor agregado do imóvel e cria um diferencial de mercado.

O mais importante, na nossa visão, é que o benefício do investimento não se restringe aos compradores: a geração de energia solar a partir das unidades construídas pela MRV poderá chegar a 86.000 MWp por ano, o suficiente para abastecer uma cidade de 70 mil habitantes.

Esperamos que nosso exemplo possa sensibilizar o poder público e também outras construtoras e incorporadoras sobre a importância da energia solar no nosso país. Quanto maior o estímulo, mais rapidamente poderemos colocar o Brasil no lugar que merece estar, não entre os 10 primeiros, mas na liderança dos países que mais utilizam o Sol como fonte de energia. A meta é arrojada e estamos fazendo a nossa parte.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor:

Título: Ibama multa empresa no PA

O Ibama embargou, ontem, o Depósito de Rejeitos Sólidos nº 2 e a tubulação de drenagem de efluentes da área industrial da Hydro Alunorte, em Barcarena (PA). A empresa também foi multada em R\$ 20 milhões após o vazamento de rejeitos químicos decorrentes do processamento da bauxita, em 16 e 17 de fevereiro.

O problema teria começado no dia 17, quando um alagamento atingiu a parte interna da Hydro Alunorte. Os moradores das comunidades Bom Futuro e Vila Nova denunciaram a contaminação da água por alumínio, soda cáustica, chumbo e mercúrio.

O Ibama aplicou dois autos de infração: R\$ 10 milhões por atividade potencialmente poluidora sem licença válida da autoridade ambiental competente e R\$ 10 milhões por operação de tubulação de drenagem sem licença. A empresa não se posicionou até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini | De Brasília

Título: Cade reprova compra da Liquigás pela Ultragaz por cinco votos a dois

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprovou a compra da Liquigás, distribuidora de GLP controlada da Petrobras, pela concorrente Ultragaz, do grupo Ultra. A decisão foi tomada por cinco votos pela reprovação, com a maioria dos sete conselheiros seguindo a decisão da relatora do caso, a conselheira Cristiane Alkmin, em um julgamento que durou quase seis horas e terminou no início da noite.

A operação estava sob análise do órgão antitruste há mais de 300 dias e foi objeto de um longo escrutínio. O negócio - fechado em novembro de 2016 por R\$ 2,8 bilhões - uniria as duas líderes do mercado de botijão de gás e gerou uma série de reclamações desde que foi anunciado. Um exemplo é o número de terceiros interessados credenciados junto ao Cade que pediram a reprovação do negócio. Foram três empresas e uma associação.

"É certamente muito salutar a atual política de desverticalização da Petrobras porque traz maior concorrência para os diversos setores. Só sugiro ter cuidado e se preocupar com o Cade", disse Cristiane. Ela sugeriu que caso a Liquigás seja vendida, a Petrobras deveria buscar uma empresa compradora com uma participação de mercado menor do que 10%.

A sua posição também levou em conta a importância do produto para a população brasileira. "O consumo residencial é quase 80% da demanda de GLP (o gás de cozinha)", afirmou. Apenas nesse mercado, apontou Cristiane, a empresa resultante da operação teria 46% do mercado. Ela ressaltou que no mercado em questão, "sairia de um modelo de oligopólio com quatro grandes 'players' e uma franja competitiva para um modelo de liderança de preço, piorando o equilíbrio do mercado para a sociedade".

Além disso, continuou Cristiane, os "fatores estruturais indicam o potencial de exercício de poder coordenado e tem histórico de condenação nesse mercado. As evidências não são boas".

O voto de Cristiane seguiu na mesma direção do parecer feito pela Superintendência Geral (SG) do Cade, em agosto. A SG funciona como uma primeira instância administrativa da autoridade antitruste com poder de aprovar negócios sem restrições ou remetê-los para uma decisão final do plenário caso julgue que a operação precisa de mudanças ou ser reprovada.

A SG considerou "a reprovação da operação" como a medida "mais adequada para o presente caso". Na ocasião, ela apontou problemas concorrenciais que surgem com a operação. "No mercado de GLP envasado foi possível constatar que a operação ampliará a possibilidade de exercício de poder de mercado unilateral pelas Requerentes em todos os estados brasileiros afetados pela

operação, exceto Tocantins. Em âmbito nacional, a participação conjunta observada em 2016 alcança 43,2%."

Para mitigar as preocupações concorrenciais, as empresas propuseram a venda de um pacote de ativos equivalente a cerca de 45% da Liquigás. "As requerentes reconheceram, desde o início do processo, a sensibilidade do caso e ofereceram remédios mais do que suficientes para resolver problemas: 45% da Liquigás, o que seria maior do que o quarto 'player' do mercado", disse a advogada da Ultragaz, Barbara Rosenberg.

Essa proposta foi aprovada pela conselheira Polyanna Vilanova, mas não convenceu a maioria do plenário. Apenas o conselheiro Maurício Bandeira Maia seguiu a sua proposta.

Segundo ela, o "remédio está na mesa desde o fim de dezembro e desde então partes vem tentando buscar acordo nestes termos". Entretanto, o Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade emitiu parecer em janeiro julgando que a venda de ativos proposta pela Liquigás não seria suficiente.

Ao todo, informou a conselheira Cristiane, três propostas de remédio foram apresentadas por Ultragaz e Liquigás, mas nenhuma delas foi julgada suficiente. A primeira envolvia cerca de 30% da Liquigás. Já a segunda, 42%.

"O caso gera concentração muito alta em todas as regiões do país. O que a SG e o DEE entenderam é que não se tem desenho de um remédio que resolvesse o problema em todo a cadeia, no país todo", disse Patrícia Agra, representante da Supergasbras, uma das terceiras interessadas.

Em nota, o grupo Ultra afirmou que "sempre teve convicção de que a união dessas duas empresas permitiria ampliar e aprimorar os serviços de excelência que a Ultragaz presta a seus clientes e consumidores". E que "ao longo desses 15 meses, a companhia buscou apresentar soluções operacionais, comerciais e societárias que endereçassem todas as questões e preocupações concorrenciais levantadas durante o processo".

A Petrobras destacou que a decisão constitui hipótese de rescisão do contrato de compra e venda da Liquigás, levando à aplicação de uma multa de R\$ 286,2 milhões à Ultragaz. A estatal informou ainda que vai analisar alternativas para se desfazer da Liquigaz, que continua no plano de parcerias e desinvestimentos. O objetivo é sair totalmente da distribuição de GLP.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Ibama multa Alunorte

Depois de ter metade de suas operações de produção de alumina suspensa em Barcarena (PA), ontem a Hydro Alunorte sofreu novas penalidades por causa do transbordo de rejeitos de suas bacias e contaminação de águas na região. No fim da tarde, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou multa de R\$ 20 milhões à empresa. Além disso, foi determinado o embargo do depósito de rejeitos 2 da empresa após equipes do órgão realizarem uma vistoria no local. Antes, o juiz Iran Ferreira Sampaio já havia acatado pedido de medida cautelar do Ministério Público do Estado do Pará para proibir o uso da bacia 2 da Alunorte. A restrição vale até que a licença final de operação seja emitida. A empresa ainda terá de "demonstrar sua capacidade operacional e de segurança de suas estruturas", adequando-se ao padrão das chuvas no local. A medida cautelar também requisitava o que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade já determinou à Hydro: reduzir a produção em 50%. Se descumprir, pode ser multada em até R\$ 1 milhão por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Petrobras investiu 12% menos em 2017**

Os investimentos da Petrobras caíram pelo quarto ano seguido em 2017, para US\$ 14 bilhões, mas tendem a voltar a crescer este ano. Ao todo, são previstos aportes de US\$ 17,3 bilhões para 2018, o que representa um avanço de 23,5% frente ao ano passado.

Em 2017, o montante investido pela companhia caiu 12,5% e ficou abaixo do orçamento planejado. Os números foram apresentados, ontem, pelo presidente Pedro Parente, durante participação do executivo em conferência sobre a economia do petróleo, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

Inicialmente, a Petrobras previa investir US\$ 20 bilhões em 2017, mas ao longo do ano foi cortando as projeções. Na divulgação dos resultados do terceiro trimestre, a estatal já havia reduzido as estimativas para US\$ 16 bilhões, em

função de postergações na construção de algumas plataformas e do gasoduto Rota 3, entre outros fatores.

Dos US\$ 14 bilhões investidos em 2017, US\$ 11 bilhões (81%) foram aplicados na área de exploração e produção, com foco no pré-sal, e outros US\$ 3 bilhões em refino e gás natural.

Parente disse, contudo, que apesar dos avanços obtidos com a venda de ativos, redução de custos e otimização dos investimentos, a situação financeira da Petrobras ainda não está resolvida.

"Se olharmos os números para o terceiro trimestre [de 2017], a empresa ainda tem dívida de US\$ 87 bilhões, US\$ 88 bilhões. Ninguém pode olhar para uma dívida dessas e achar que a situação da empresa está resolvida", disse.

O executivo, contudo, destacou a redução da dívida nos últimos trimestres e afirmou que o nível de endividamento da petroleira estará "saudável", em 2022. "O que vemos claramente é que ela [dívida] já se reduziu bastante e, no horizonte do plano [de negócios 2018-2022], ela vai chegar em 2022 a um nível saudável, comparável com as melhores companhias de óleo e gás do mundo", afirmou.

A empresa tem meta de reduzir sua alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) em 2,5 vezes. Ao fim do terceiro trimestre, esse patamar era de 3,2 vezes.

Parente comentou também sobre as conversas com a Eletrobrás para negociação da dívida detida pela estatal elétrica com a petroleira, no valor de R\$ 20 bilhões. Segundo ele, o acordo está "bem encaminhado, mas não fechado".

"Como disse na minha carta ao presidente da Eletrobrás [Wilson Ferreira Jr.], nós queremos continuar trabalhando para achar uma boa solução para os dois lados. Precisamos acordar o que fazer com uma dívida de R\$ 20 bilhões, afirmou Parente, sem dar detalhes.

Desse montante, uma parte já faz parte de contrato de confissão de dívida da Eletrobrás, pelo qual a empresa está pagando parceladamente. Outra parte está em aberto e depende de uma parcela que está sob discussão com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), relativa ao responsável pela dívida.

Na terça-feira, a Aneel autorizou a desverticalização da Amazonas Energia, segregando as atividades de geração e transmissão das de distribuição. A efetivação da operação, porém, depende ainda da cessão do contrato de

fornecimento de gás natural da Petrobras, detido pela Amazonas Distribuição, para a Amazonas Geração e Transmissão. Essa cessão só deverá ocorrer após as duas estatais chegarem a um acordo para a dívida.

A privatização dos ativos de distribuição da Eletrobrás envolve as seguintes concessionárias estaduais: Boa Vista Energia (RR), Ceal (AL), Cepisa (PI), Ceron (RO), Eletroacre (AC) e Amazonas Distribuidora (AM).

Os processos abertos no TCU, motivados por representações da AEE e da Sintergia, são relatados pelo ministro José Múcio Monteiro. A decisão de retirar de pauta partiu de Weder de Oliveira, na condição de ministro-substituto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale quer atingir autossuficiência em geração elétrica

A Vale vai buscar a autossuficiência em energia elétrica. A mineradora considera que é importante, para a competitividade da companhia, garantir a autoprodução do insumo. A Vale gasta cerca de US\$ 600 milhões por ano com energia elétrica, sendo dois terços dessa conta no Brasil e um terço no exterior. Do consumo total da empresa, 60% correspondem à produção própria da mineradora e 40% a contratos de longo prazo com terceiros e a compras no mercado "spot" (à vista). Agora, a empresa tem a intenção de chegar até 100% de produção própria de energia.

"É fundamental que a Vale tenha controle total sobre o seu suprimento de energia e nessa direção vamos prosseguir", disse o diretor-executivo de finanças da empresa, Luciano Siani Pires, ao comentar ontem os resultados financeiros da companhia em 2017.

Siani disse que a empresa pode, eventualmente, considerar algumas aquisições, mas a prioridade deve ser mesmo o desenvolvimento de projetos. A compra de ativos impõe uma dificuldade à empresa pelo fato de a maioria das usinas ter atrelados a elas contratos com energia contratada. "O que interessa para a Vale são ativos que ela possa ter energia para ela própria."

O executivo não citou prazos nem potenciais números de investimento no setor. Disse a analistas que os preços do mercado "spot" de energia elétrica flutuam muito no Brasil, dependendo das condições hidrológicas dos reservatórios. Admitiu ainda que a empresa está "muito exposta" às oscilações de preços da energia elétrica, e afirmou que os 40% do insumo que a Vale compra no mercado, para atender às suas necessidades, custam cerca do dobro da geração

própria. Esse número dá uma dimensão da "oportunidade" que existe para a empresa aumentar a autoprodução de energia elétrica.

A Vale já é sócia da Cemig na Aliança Geração de Energia, empresa que começou a operar em 2015 e na qual a Vale participa com 55% do capital. Segundo informações da Aliança em seu site, a empresa tem um parque gerador formado por sete hidrelétricas que somam 1.158 megawatts (MW) de capacidade instalada.

Segundo Siani, a Vale já tinha constatado a necessidade de ampliar a sua participação como autoprodutor de energia elétrica, mas a empresa não tinha recursos financeiros para seguir com essa estratégia. Agora a Vale está entrando em uma nova fase, na qual concluiu os grandes investimentos e está conseguindo reduzir a dívida. Na teleconferência sobre o resultado do ano passado, Siani afirmou que no esforço de redução do endividamento a companhia vai voltar ao mercado para fazer recompra de dívida. A mineradora tem diversos bônus emitidos com vencimentos que vão até 2042.

"Temos bonds com diversos vencimentos e vamos precisar recomprar", disse Siani, sem entrar em detalhes de quais seriam esses bônus, nem quando isso será feito. O executivo disse que até meados de 2018 a Vale deverá ter reduzido sua dívida líquida para US\$ 10 bilhões, mas afirmou que o patamar do endividamento no fim do ano dependerá da nova política de dividendos da mineradora, que deve ser aprovada pelo conselho de administração da mineradora no fim de março. O presidente da Vale, Fabio Schvart, disse que chegou o momento de a Vale retribuir aos acionistas, via dividendos, pela "paciência" que tiveram no período em que a empresa fez vultuosos investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Resultado nos EUA é insatisfatório, diz presidente da Gerdau

A Gerdau está insatisfeita com o desempenho de sua operação na América do Norte, mas acredita que a perspectiva é de melhora. O presidente da companhia, Gustavo Werneck, disse ontem que a venda das operações de vergalhão e fio-máquina, menos rentáveis, e as estimativas de crescimento no consumo de aços longos nos Estados Unidos trazem oportunidade para aumentar as margens do negócio.

Enquanto isso, o executivo, que assumiu o comando do grupo em 1º de janeiro no lugar de André Gerdau Johannpeter, acredita que uma das grandes

prioridades da unidade é trabalhar em eficiência. A chance de implantação do programa de infraestrutura prometido pelo presidente Donald Trump e de barreiras à importação de aço pela seção 232 pode potencializar a performance, acrescentou.

A empresa apresentou seu balanço do quarto trimestre ontem, reduzindo o prejuízo líquido na comparação anual em 55%, para R\$ 1,38 bilhão. O resultado melhorou, mas foram apuradas perdas por conta de baixas contábeis de R\$ 1,12 bilhão, especialmente na América do Norte.

O grupo ainda elevou a receita líquida em 13,9%, para R\$ 9,8 bilhões, e seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado cresceu 64,9%, para R\$ 1,18 bilhão - com margem de 12% ante 8,3% um ano antes.

Na unidade americana, contudo, a margem foi de apenas 4,3%, alta de 0,5 ponto percentual, mas a pior de todas as áreas.

Na unidade americana, a margem foi de apenas 4,3%, alta de 0,5 ponto percentual, mas a pior de todas as áreas

Quanto a preços, Werneck contou que o vergalhão vendido no Brasil ainda está mais barato que o importado. O aço longo nacional tem sido vendido com desconto no país há alguns meses, algo raramente visto antes na siderurgia nacional, principalmente porque a demanda é tão baixa - e com mais concorrentes - que é difícil encarecer produtos sem perder mercado.

"Mas temos buscado ao longo dos últimos meses recuperar nossas pressões de custos, seja de sucata ou de eletrodo [ambos usados em fornos elétricos]", disse. "Por outro lado, os preços internacionais seguem em bom patamar, então as exportações do Brasil têm ajudado a deixar nossa margem Ebitda maior", acrescentou. Ou seja, a empresa não está exportando com prejuízo.

Apesar de ter sido a primeira apresentação de resultado de Werneck, os números foram produzidos quando André Gerdau ainda comandava. Perguntado sobre o que pretende fazer na presidência, Werneck disse que melhorar rentabilidade e cortar dívida são os maiores desafios.

"Para alcançar isso, a inovação digital tem um papel fundamenta", afirmou. "Estamos trabalhando, por exemplo, em iniciativas de inteligência artificial para melhor servir nossos clientes, inclusive antecipando tendências de mercado para eles."

Durante teleconferência com a imprensa, o presidente da Gerdau afirmou que "sempre está atento" a oportunidades de aquisição, o que se aplica também às

vendas de ativos que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) impôs à fusão entre ArcelorMittal Aços Longos e Votorantim Siderurgia. O executivo disse que "não comenta rumores de mercado". Mas esse "rumor" específico não rondava o mercado ainda.

Em 2018, a Gerdau estima elevar o investimento em 37%, para R\$ 1,2 bilhão. A empresa vê no Brasil continuidade de retomada dos setores automotivo e industrial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério sobe pelo quarto mês seguido

As commodities industriais voltaram a operar em descompasso durante fevereiro. Enquanto o petróleo confirmou sua perda de força, principalmente por conta da alta do dólar e da maior produção nos Estados Unidos, o minério de ferro surpreendeu e registrou nova valorização.

Já é o quarto mês consecutivo em que o minério sobe. No mês passado, a alta foi de 7,8%, para US\$ 78,61 a tonelada. O ritmo estava mais rápido pós-Ano Novo chinês, dada a perspectiva de continuidade das reformas siderúrgicas no gigante asiático, mas o país apresentou atividade quase estagnada na manufatura durante fevereiro, o que derrubou a cotação.

O índice da "Metal Bulletin" acompanha o produto com concentração média de 62% entregue no porto de Qingdao.

A resistência da commodity em cair fez com que a consultoria BMI Research, ligada à agência de classificação de risco Fitch, elevasse sua estimativa - conservadora ante o resto do mercado - para a média do ano, de US\$ 50 para US\$ 55. Mesmo assim, a instituição aposta que a tendência é que o desempenho arrefeça no restante do ano, com menores lançamentos da construção.

Até que a reversão dos preços ocorra, porém, o banco Julius Baer afirma que a instabilidade vai reinar no mercado de minério. As maiores incertezas são a redução ou não de capacidade siderúrgica na China, o aumento da oferta mundial e o protecionismo americano ao aço.

Até agora no ano, a cotação média gira em torno de US\$ 76,50, contra US\$ 71,40 durante 2017. Levantamento do **Valor** com 13 instituições financeiras aponta o nível de US\$ 61,50.

Na direção oposta, o petróleo encerrou a sequência também de quatro meses seguidos no azul para cair em fevereiro, principalmente por conta dos temores do mercado de um excesso de oferta. O segundo contrato do Brent caiu 5,5% na ICE Futures de Londres, para US\$ 64,73 o barril, enquanto o WTI recuou 4,3%, para US\$ 61,47, em Nova York.

"Os agentes do mercado de petróleo se perguntam todos os dias quanto ao futuro do acordo de contenção de oferta", afirma o Julius Baer, referindo-se ao acordo entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados para reduzir a atividade até o fim do ano. "Os países desejam que a cooperação entre a Opep e principalmente a Rússia se torne mais duradoura."

O banco alemão Commerzbank explica que o fortalecimento do dólar desde o começo do ano tem aumentado a pressão sobre os preços da commodity. Em geral, produtos cotados na moeda americana têm correlação negativa com a divisa. Na falta de notícias de fundamentos, o movimento do câmbio exerceu influência mais relevante no mês.

Mas já na última semana, os estoques dos EUA avançaram em quase 1 milhão de barris, superando as estimativas e revertendo uma tendência de diminuição anterior. Para piorar a situação, a produção americana continua a subir, inundando o mercado.

"Acreditamos que os preços vão cair mais neste ano, assim que começar a ficar aparente que a oferta dos EUA vai superar em muito o crescimento da demanda mundial", diz a consultoria Capital Economics.

A média de preços do Brent até agora em 2018 bate US\$ 66,90. Levantamento do **Valor** com 14 instituições mostra previsão de US\$ 60 para o ano todo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | Valor

Título: Eletrobrás: Sindicalistas tentam barrar venda de distribuidoras

BRASÍLIA - Duas entidades sindicais ligadas aos trabalhadores da Eletrobrás apelaram ao Tribunal de Contas da União (TCU) na tentativa de barrar a venda das seis distribuidoras controladas pelo grupo estatal.

A Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEE) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia (Sintergia), do Rio de Janeiro, protocolaram representações no tribunal. Os processos abertos no tribunal por

iniciativa dos sindicatos chegaram a ser pautados na reunião desta quarta-feira (28) do plenário, mas foram retirados da pauta.

As entidades pleiteiam a abertura de auditoria sobre o rito de privatização das distribuidoras. Os procedimentos foram definidos pela Resolução 20, de 2017, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Um dos pontos mais contestados pelos sindicalistas é a decisão tomada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 8 de fevereiro, em Brasília. Na ocasião foi aprovada a transferência de R\$ 11,2 bilhões em passivos da seis distribuidoras para a holding Eletrobrás. Segundo as entidades, a decisão contrariou as recomendações feitas em parecer jurídico pelos próprios advogados da companhia.

MME / ASCOM .